ATA Nº 4/2018

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, na sede da Junta de Freguesia em Ega, sob presidência de Carlos Grilo Bicho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia;

2 – Intervenção do público;

3 – Período antes da ordem do dia;

4 – Ordem do dia:

4.1 – Apreciação e votação do Orçamento, PPI e Mapa de Pessoal para 2019;

4.2 – Apresentação do inventário;

4.3 – Informação do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Bruna Santos, Carlos Carecho, Carlos Grilo Bicho, Daniel Pratas, Dina Melro, José Luís Rebelo, José Luís Sá e Paulo Gonçalves. Não esteve presente o deputado Pedro Cipriano. Por parte do executivo da Junta encontrava-se presente o presidente Daniel Tomé, o secretário Álvaro Centeio e a tesoureira Regina Costa.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à reunião saudando todos os presentes.

Iniciou-se o ponto um, leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia e, uma vez que a ata foi disponibilizada previamente aos membros da assembleia, foi questionado aos presentes se prescindiam da leitura da mesma tendo os presentes concordado com a dispensa da sua leitura. Todavia, o deputado José Luís Rebelo questionou quanto a uma retificação solicitada previamente, ao que o senhor Presidente da Assembleia explicou que a retificação solicitada se referia a uma intervenção do senhor Presidente da Junta sendo que o mesmo tinha concordado

com a ata, pelo que a versão final se mantinha. Colocada a votação, a ata da assembleia anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção do deputado José Luis Rebelo do PSD. Dá-se nota que, aquando da votação da ata, ainda não se encontravam presentes os deputados José Luís Sá e Carlos Carecho, tendo ambos justificado o seu atraso, pelo que não participaram na referida votação.

De seguida, teve início o ponto dois, intervenção do público, estando presente a cidadã Graça Devesa que aproveitou para referir que existia uma serventia na Arrifana, à direita na estrada que vai do barreiro à capela, que se encontrava em mau estado após os estragos provocados pelo furacão Leslie. Alertou, também, para a limpeza da serventia que liga a zona da paragem do autocarro ao IC2, na Arrifana. Deu nota, ainda, dos estragos verificados na Escola da Água pelo furacão Leslie.

Posteriormente, teve início o ponto três, período antes da ordem do dia, tomando a palavra a deputada Bruna Santos para questionar o ponto de situação quanto à instalação de fibra ótica na zona sul da freguesia, nomeadamente, no Relves, Presa, Rebolia, Serrazina e Vale de Janes; questionou, também, se foi feita alguma avaliação dos estragos provocados pelo furacão Leslie, quais as aldeias da freguesia que ainda não têm rede de saneamento e porquê, qual o ponto de situação quanto à colocação dos painéis de informação nos vários lugares da freguesia e também qual o ponto de situação referente à piscina e polidesportivo da Ega.

De seguida, tomou a palavra o deputado Paulo Gonçalves, aproveitando para desejar boas festas a todos os presentes, prosseguiu a sua intervenção questionando o ponto de situação quanto ao sinal de STOP no Casal do Rossio, Ega, mencionando a colocação dos editais a informar da mudança do sinal.

De seguida, tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo tendo iniciado a sua intervenção saudando o Presidente da Assembleia por não ter deixado a reunião para os últimos dias do ano. Referiu, também, que o estatuto de oposição foi cumprido tendo sido convocados os partidos com assento na assembleia para se exprimirem sobre o orçamento.

Prosseguiu a sua intervenção questionando o executivo sobre quais as obras que já começaram e que irão iniciar, do programa eleitoral apresentado, uma vez que passou um ano de mandato.

De seguida, questionou se após a passagem do furacão Leslie o executivo da Junta se preocupou com alguma situação pontual da população/família que tivesse alguma necessidade

de maior e se chamou os funcionários para ajudar na limpeza das vias, tendo referido a ajuda de voluntários que andaram a fazer esse serviço.

Prosseguiu referindo que existem situações em que o trator da junta efetua a limpeza de áreas e que depois se deteta lixo nessas zonas, nomeadamente, garrafas, televisões e outros objetos, tendo questionado se posteriormente os funcionários da Junta não poderiam passar nesses locais e recolher esse lixo. Referiu o caso em que os funcionários da Junta foram desviar uma árvore numa estrada e esqueceram-se de outra, noutra estrada, sendo que a que foi desviada continuou a impedir a passagem pelo que quem veio, a seguir, teve de a cortar para passar.

De seguida, questionou o executivo sobre se este já se deparou com a situação do semáforo no cruzamento da Ega (Praça), que está a disparar por radar e por temporizador, passando mais tempo aberto para as estradas laterais, referindo que na estrada principal, mesmo indo a cumprir a velocidade, ele acaba por fechar por temporizador, estando o tempo mal distribuído.

Prosseguiu questionando o ponto de situação quanto ao abastecimento de água no Casal do Missa, nomeadamente qual a intervenção que o Presidente da Junta fez junto das entidades competentes, uma vez que no Inverno a situação está controlada, mas chegando ao Verão ocorrem problemas no abastecimento.

Referiu, de seguida, o problema da terra deixada na estrada pelos madeireiros mencionando o caso da estrada que vai para o Casal do Missa que se encontrava cheia de lama. Alertou para possíveis acidentes que possam ocorrer e questionou o Presidente da Junta se já se tinha deparado da situação referida, no sentido de alertar a Câmara Municipal para fiscalizar a situação.

Questionou, de seguida, o ponto de situação quanto à construção da casa mortuária no Casal do Missa e o ponto de situação quanto à piscina e polidesportivo da Ega, nomeadamente, o que tem sido prometido para o efeito.

Por fim, referiu que na última assembleia o senhor Presidente da Junta, quando questionado acerca do poder de passar um caminho privado a público lhe sugeriu para questionar a CCDR. Posto isto, o deputado José Luís Rebelo referiu que questionou a CCDR e esta entidade respondeu que deverá ser o Presidente da Junta a questionar, ou o seu representante. Prosseguiu referindo que, uma vez que a CCDR não lhe responde, sugeria ao Presidente da Junta que

questionasse a CCDR quanto ao assunto, se foi bem feito ou não, e depois apresentasse a resposta aos presentes.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas pelo deputado José Luís Rebelo. Referiu que têm sido feitas algumas obras, nomeadamente, nos cemitérios, na colocação de placards informativos, na limpeza das vias e caminhos estando previsto, para o mês de janeiro, a colocação dos portões automáticos nos cemitérios, já estando o orçamento concluído das duas candidaturas.

Sobre a tempestade Leslie referiu que os funcionários da Junta começaram logo a trabalhar na limpeza dos caminhos e vias, na remoção de árvores para desobstruir a passagem, tendo assistido a alguns dos trabalhos, afirmando que a limpeza foi adequada.

Quanto ao semáforo do cruzamento da Ega referiu que quando existe algum problema comunica para a Câmara Municipal que, por sua vez tenta resolver, tendo sugerido neste caso ao deputado José Luís Rebelo, e tratando-se de uma questão de rapidez, que fale também na secção de transito na Câmara Municipal.

Sobre a Casa Mortuária do Casal do Missa esclareceu que o projeto já está feito e segundo o que prometeu a Câmara Municipal era para ser iniciado no final de 2017, porém com a falta de verbas a obra foi adiada e espera-se que ocorra durante 2019.

Quanto à questão da água no Casal do Missa referiu que é uma situação que se arrasta há vários anos e que a Câmara Municipal tem tentado resolver o problema, ou pedindo à Câmara Municipal de Soure ou solicitando aos Bombeiros que assegurem o abastecimento, com o papel da Junta de Freguesia a limitar-se a transmitir o que se passa e a fazer pressão para que o problema seja resolvido.

Quanto à questão da lama entre Campizes e o Casal do Missa referiu que é uma situação normal, visto que passam máquinas e tratores, e que de momento nem aparenta estar lá lama nenhuma. Sobre a questão da CCDR referiu que iria analisar o assunto.

Prosseguiu, de seguida, respondendo à questão levantada pelo deputado Paulo Gonçalves, referindo que de facto existiu a indicação da Câmara Municipal, que concordou com a proposta da Junta, para a mudança de local do sinal de STOP. Porém, continuou, existiu uma reclamação subscrita por um grupo de pessoas e o processo está de momento parado, estando a ser analisado

pela vereação da Câmara. Afirmou que se trata de um processo da competência da Câmara e da Assembleia Municipal, tendo a Junta de Freguesia apenas transmitido a sua opinião.

De seguida, respondeu às questões colocadas pela deputada Bruna Santos tendo referido que quanto à piscina e ao polidesportivo da Ega são duas situações que se estão a arrastar, existindo um acompanhamento quer da Junta quer dos Ugas, mas que de momento não existe novos desenvolvimentos. Informou que quanto ao polidesportivo, existia um terreno sinalizado para aquisição, por parte da Câmara, mas que até ao momento ainda não tinha sido adquirido. Referiu que iria colocar estas questões na próxima Assembleia Municipal.

Sobre os placards de informação respondeu que já foram colocados alguns em algumas localidades e que irão ser colocados mais, nomeadamente, na Arrifana, na Serrazina, no Relves e na Presa, sítios onde falta.

Sobre o saneamento referiu que está a ser construída a estação de tratamento no Relves e no Vale de Janes, estando as obras em curso, encontrando-se em falta o Casal do Missa uma vez que se está a tentar chegar a um acordo com a Câmara de Soure, por parte da Câmara de Condeixa.

Sobre a tempestade Leslie voltou a referir que os funcionários fizeram tudo o que puderam, colaborando com a Câmara e os Bombeiros, na limpeza das vias e caminhos, na remoção de árvores e outras limpezas.

Sobre a questão da fibra ótica no sul da freguesia referiu que não tinha conhecimento, mas que iria colocar a questão junto do vereador Carlos Canais. Informou que apenas foi comunicada a instalação em Condeixa, Campizes e Casével.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia de Freguesia para referir que quanto à marcação da assembleia, naturalmente, tenta-se sempre melhorar para não coincidir com a altura do Natal e da Passagem de Ano. Quanto ao direito de oposição referiu que o mesmo foi cumprido, perante o executivo, mas que curiosamente não apareceu ninguém da oposição. Aproveitou para questionar o executivo quanto ao ponto de situação da caixa multibanco na Ega, ao que o Presidente da Junta respondeu que o processo está a avançar e que o local de instalação seria junto ao antigo Centro de Saúde, no Largo de S. Martinho, mas que o parecer atual indica que seja no muro da Capela de S. Martinho, junto à estrada principal.

De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia prosseguiu a sua intervenção abordando a questão do sinal de STOP no Casal do Rossio, Ega. Afirmou, que, na sua opinião, se tratava de um "não problema". Continuou referindo que, inicialmente, aquele local não tinha qualquer sinalização e que o primeiro sítio onde foi colocado o sinal de STOP foi precisamente onde ele se encontra atualmente. Referiu que na altura, nomeadamente durante o executivo do Presidente António Simões, foi sugerido colocar o STOP onde ele se encontra hoje por dois motivos, para cortar a velocidade de quem vem no sentido Campizes-Ega, sendo uma questão de segurança, e também por uma questão de falta de visibilidade de quem vem no sentido Casal dos Cortezes para Casal dos Barreiros, sendo que se verifica um tráfego mais intenso na estrada que vai para os Barreiros. Referiu que o que está em causa é a segurança das pessoas e não se se trata de uma estrada principal ou secundária.

Continuou referindo que, posteriormente, a localização do STOP foi alterada para a estrada dos Barreiros e, aquando as obras de saneamento, foi colocado novamente onde se encontra atualmente, sendo que, após a conclusão das obras foi proposto e aceite, inclusivamente pelo anterior Presidente da Junta Miguel Caridade, manter o sinal onde está atualmente. Continuou dizendo que algumas pessoas de fora da Ega é que têm levantado protestos quanto ao sinal e que, após a publicação do edital, um grupo de pessoas da Ega reagiram e elaboraram uma reclamação para se manter o sinal onde está. Conclui referindo que a generalidade das pessoas da Ega concorda com o sinal onde ele está, que se trata principalmente de uma questão de segurança, de um assunto que estava resolvido, tendo de ser feita uma reflexão quanto ao mesmo, devendo imperar o bom senso.

Seguidamente, pediu a palavra a cidadã Graça Devesa para referir que, efetivamente, o sinal foi mudado durante o último mandato da Junta de Freguesia, por aprovação da Assembleia, por via do facto de estar em curso as obras de saneamento na EN342. Prosseguiu referindo que era intenção após a conclusão das obras o sinal ser deslocado ou retirado do local. Porém foi feita uma análise na altura e verificou-se que o sinal não estava a prejudicar ninguém e existindo, de facto, uma tendência de excesso de velocidade no tráfego de Campizes-Ega, e uma vez que o sinal estava a beneficiar a segurança rodoviária, foi decido manter-se o sinal onde ele se encontra atualmente.

De seguida, tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para referir que também era da opinião que o sinal de STOP era um "não assunto" sendo que, quem mora nas imediações, viu o benefício que foi a colocação do sinal onde ele se encontra atualmente. Prosseguiu referindo que

se trata, sobretudo, de uma questão de segurança e de corte de velocidade para quem vem de Campizes para a Ega, sendo que a maioria dos condutores respeita o sinal. Continuou referindo que quem vem dos Barreiros, por si só, por ter de entrar numa estrada adicional acaba por ter um travão na velocidade e quem vem de Campizes, se não existisse o sinal, não tinha travão nenhum na entrada da localidade e, por vezes, mesmo quem vinha de Campizes para virar para os Barreiros, não abrandava e dava a curva ao largo, sendo perigoso para quem vem de cima.

Continuou referindo que o sinal já esteve na estrada dos Barreiros, tendo sido colocado umas bandas na estrada Campizes-Ega que se revelaram completamente ineficazes, afirmando que onde o sinal está atualmente é o melhor local e que as pessoas que moram no local deveriam ser ouvidas quanto a este assunto. Referiu que, mesmo quem vai no sentido Ega-Campizes, é beneficiado pelo sinal pois a visibilidade não é a melhor e, como está atualmente, o sinal de STOP salvaguarda todos os sentidos do trânsito. Referiu ainda que, mesmo após a conclusão das obras de saneamento, existiu sinalização que não foi retirada, nomeadamente, as proibições de estacionamento e as lombas na estrada dos Barreiros e Barreira.

De seguida tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para afirmar que, efetivamente, a lama entre Campizes e o Casal do Missa está lá e não é normal e que, quanto à questão da CCDR, ficaria a aguardar.

Prosseguiu referindo que quanto ao sinal de STOP existe outra solução e que, antes do STOP estar naquele lado existiram vários acidentes de quem vinha do lado de Campizes, e se verificarmos bem a realidade, quem vem dos Barreiros, em caso de acidente, leva com o outro carro na zona da porta, o que é o pior cenário. Continuou afirmando que o STOP está lá, mas, se o tirarem, então que não o ponham em lado nenhum pois assim impera a lei da prioridade, sendo a grande dificuldade quem quer virar para os Barreiros que tem pouca visibilidade. Afirmou, também, que aquele STOP não está georreferenciado e que deveria estar, mas que em termos de segurança e em termos práticos está bem no sítio em que está atualmente, voltando a referir a questão do embate em caso de acidente. Afirmou que se propuserem a alterar o STOP de sítio é muito mau.

De seguida, concluiu o Presidente da Assembleia referindo que manifestadas as opiniões e conhecendo-se a posição das pessoas da Ega este assunto deveria ser colocado a ponderação na Câmara Municipal.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Junta para afirmar que nesta questão do STOP não se deveria referir só quem vem de Campizes, mas sim quem vem de Casével, Casal Santo Amaro, etc, sendo que assim a sinalização estaria toda errada uma vez que é necessário parar no Casal Santo Amaro, à entrada de Campizes, à entrada da Ega, na Arrifana, etc., tendo, por fim, o Presidente da Assembleia dado o exemplo de uma rua no Casal Santo Amaro, sem sentido, que tem prioridade sobre a estrada principal que vem de Belide, e também o caso da paragem obrigatória à entrada do Vale de Janes.

Por fim, o Presidente da Junta aproveitou para dar um esclarecimento referindo que a Câmara Municipal é que tem a decisão final referindo a comunicação do Vereador da Câmara que dizia que "de acordo com a vossa proposta junto envio um mapa com o novo local respetivo sendo colocado um espelho ao lado oposto do sinal para garantir a visibilidade", ao que o Presidente da Assembleia respondeu que olhando ao local é praticamente impossível a colocação e respetiva utilidade do espelho. O Presidente da Junta referiu que se poderia resolver a questão com a colocação de um sinal de aproximação de estrada com prioridade, no sítio atual do STOP.

De seguida, tomou a palavra o deputado Carlos Carecho para afirmar que, na sua opinião, desde que o sinal de STOP foi colocado no sítio onde está atualmente, a segurança aumentou significativamente, referindo que em caso de embates laterais a gravidade dos acidentes é muito maior, afirmando que o sinal se deveria manter no local em que está.

Seguidamente teve início o ponto quatro, ordem do dia, com a apreciação e votação do Orçamento, PPI e Mapa de Pessoal para 2019. O Presidente da Junta efetuou uma breve apresentação do orçamento referindo as principais rúbricas do mesmo, informando que face ao ano passado existiu um aumento de mil duzentos e trinta e dois euros.

De seguida, tomou a palavra a deputada Bruna Santos para questionar a origem da rúbrica cinco e sete da receita, concessão de sepulturas e serviços - cemitérios, respetivamente, ao que o Presidente da Junta esclareceu tratar-se da venda de sepulturas e jazigos e dos serviços prestados pelo coveiro. Prosseguiu questionando a rúbrica dois da despesa, nomeadamente, outros serviços – Escola da Água, ao que o Presidente da Junta esclareceu tratar-se de despesas correntes que possam surgir na Escola da Água.

De seguida, tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para referir que, analisando a receita, denota uma falta de ambição muito grande, afirmando que uma vez que a Câmara

mantém as dotações face ao exercício anterior, esta está a passar muito pouca importância à freguesia da Ega.

Prosseguiu questionando a receita de 5.880€ referente aos cemitérios, se é a totalidade ou o diferencial entre o que a junta recebe e paga, ao que o Presidente da Junta informou que é a totalidade da receita que entra. Prosseguiu questionando a origem da rúbrica de receitas de capital, Cooperação Técnica e Financeira, ao que o Presidente da Junta respondeu tratar-se de protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal, aproveitando para esclarecer que todos os presidentes de junta do concelho lutam pelo mesmo fim e que se têm de limitar às verbas transferidas pela Câmara, referindo-se à questão abordada pelo deputado José Luís Rebelo quanto à importância dada pela Câmara à Freguesia da Ega, reiterando que são sete juntas no concelho todas tratadas por igual.

O deputado José Luís Rebelo prosseguiu afirmando que acha estranho que a rúbrica de custos com combustíveis tenha baixado 1100 euros face ao ano anterior, num cenário em que aumenta os serviços prestados. Continuou questionando a origem das rúbricas de despesa Outros Serviços e Outros Trabalhos Especializados ao que o Presidente da Junta respondeu tratar-se de uma previsão, por exemplo para despesas com oficinas, passível de alterações assim como outras rúbricas abertas.

O deputado José Luís Rebelo questionou, de seguida, qual a origem da rúbrica de despesa de capital, Equipamento Básico, ao que o Presidente da Junta respondeu tratar-se de rúbrica que engloba, por exemplo, ferramentas, algum equipamento para o trator, mobiliário, etc...

De seguida, tomou a palavra o deputado Paulo Gonçalves para referir que o orçamento é uma previsão sendo que, caso necessário, pode ser retificado, ao que respondeu o deputado José Luís Rebelo que percebe essa questão, mas que olhando para o orçamento denota uma falta de ideias.

De seguida, o Presidente da Junta efetuou uma breve apresentação do Plano Plurianual informando que se trata, também, de uma previsão consoante o que vai acontecendo.

Tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para dizer que o Plano Plurianual apresentado contempla uma previsão apenas para o ano corrente e que deveria trazer uma previsão, também, para os anos seguintes. Respondeu o Presidente da Junta informando que se mais de 50% do orçamento vai para despesas correntes, não é possível efetuar-se planos para 2020, tendo referido que o deputado José Luís Rebelo concordo com plano idêntico para 2018.

De seguida, o Presidente da Junta apresentou o Mapa de Pessoal esclarecendo que se tornou necessário ter um contabilista certificado. Como solução o Ângelo transitou para técnico superior a fim de poder tratar e assinar toda a documentação, o que se traduziu num aumento de 135 euros por mês.

De seguida, passou-se à votação dos documentos apresentados. O orçamento apresentado foi aprovado por maioria com três abstenções do PSD. O PPI foi aprovado por maioria com três votos contra por parte do PSD. O Mapa do Pessoal foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se ao ponto 4.2, apresentação do inventário, tendo o Presidente da Junta referido que de acordo com o solicitado em reunião anterior, nomeadamente quanto ao período de 2001-2009, não existe informação que permita identificar o inventário concreto desse período, porém foi elaborada e apresentada a relação de todos os bens que a Junta de Freguesia possui à data atual.

Tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para referir que a apresentação do inventário nesta reunião teve origem porque na assembleia de junho o Presidente da Junta tinha referido que até 2009 tinha sido elaborado o inventário e, portanto, este solicitou que o mesmo lhe fosse apresentado, porém, o apresentado é o atual.

De seguida, tomou a palavra o deputado Carlos Carecho para referir que tinha conhecimento que tinha sido adquirido um GPS aquando da aquisição do kit de primeira intervenção, sendo que o mesmo não consta no inventário apresentado, ao que o Presidente da Junta respondeu que desconhecia a existência do mesmo.

De seguida, tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para referir que o inventário deverá aparecer na próxima assembleia, a primeira do ano.

Por fim, passou-se ao ponto 4.3, Informação do Presidente da Junta, tendo o mesmo informado que quanto à fonte da Serrazina, deslocaram-se lá funcionários da Câmara para verificar a situação, mas é praticamente impossível resolver o assunto, sendo que na mina a água não está em condições. Referiu que se tentou todos os possíveis, sendo uma das soluções colocar água da rede numa fonte, ou seja, na principal, mas que é apenas uma hipótese remota. Concluiu referindo que quanto ao orçamento participativo tem havido pressão para resolver o problema da Igreja Matriz da Ega, sendo a única candidatura que falta, informando que o Instituto de Gestão do Património já estará a elaborar o projeto.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e quatorze minutos, o Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos, o presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário